



ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

PARECER

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017

Em atendimento à exigência do item 48, do Anexo I, da Resolução TC nº 27/2017, no que se refere às contas prestadas pela Prefeita do Município de LAGOA DE ITAENGA – PE, apresentamos o Parecer desta Controladoria, nos termos das disposições legais a seguir:

Quanto aos cálculos de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, (Art. 212 da CF/88), à aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 2º da LC 141/12), à Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Art. 22 da Lei Federal 11.494/07), ao repasse de Duodécimo (Art. 29-A da CF/88), à Despesa com Pessoal (Art. 20, inciso III da LC 101/00), à Dívida Consolidada Líquida (Art. 3º, inciso II da Resolução 40/2001 do Senado Federal) e à Realização de Operação de Crédito (Art. 7º, inciso I, da Resolução 43/2011 do Senado Federal).

1. A Prestação de Contas de 2017 foi elaborada com observância dos parâmetros da mencionada Resolução, tendo os demonstrativos contábeis e de gestão fiscal de acordo com os modelos e orientações definidos pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e pela Secretaria do Tesouro Nacional;

2. A aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representou 34,38% da receita resultante de impostos, atendendo ao disposto no *caput* do artigo 212 da Constituição Federal;

3. Os recursos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde totalizaram 27,56% dos impostos referidos no art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º, da Constituição Federal, atendendo o disposto no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Constata-se, portanto, o cumprimento às disposições do artigo 2º da Lei complementar 141/2012;

4. O Município destinou à remuneração dos Profissionais do Magistério, 62,98% dos recursos do vinculados ao FUNDEB, atendendo assim, o disposto no Artigo 22 da Lei 11.494/2007;



5. A Prefeitura repassou o duodécimo ao Poder Legislativo durante o exercício de 2017, no limite de 7%, da receita tributária e de transferência, prevista § 5º do Art. 153 e nos Art. 158 e 159 da Constituição Federal, estando, portanto, dentro do que preceitua o artigo 29-A;

6. O Poder Executivo apresentou o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2017, o qual demonstra o comprometimento de 82,30% da Receita Corrente Líquida - RCL em Despesa com Pessoal. Diante desta constatação, recomenda-se que a administração municipal tome as providências previstas no artigo 23, combinadas com as disposições contidas no artigo 66 da Lei Complementar nº 101/2000, no sentido de voltar a atender às disposições do inciso III, Art. 20 da referida Lei.

7. A Dívida Consolidada Líquida representa o comprometimento de 38,38% da Receita Corrente Líquida no exercício de 2017, demonstra que o Município se está dentro do limite estabelecido no Art. 3º, inciso II da Resolução 40/2001 do senado Federal.

8. Durante o exercício de 2017, o Município não realizou Operação de Crédito, nem possui dívida oriunda de empréstimo de qualquer natureza, em outros exercícios.

É o parecer.

Lagoa de Itaenga, 20 de março de 2018.

Coordenador Geral do Órgão Central do Controle Interno